



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021			
UASG			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 519/21			
TIPO: "MENOR PREÇO GLOBAL – ABERTO"			
Data de abertura: 22/11/2021 às 10h00min	SRP? () Sim (X) Não	Exclusiva ME/EPP? () Sim (x) Não	Reserva de quota ME/EPP? () Sim () Não
Decreto 7.174? () Sim (X) Não		Margem de Preferência? () Sim (X) Não	
OBJETO: Objeto de contratação de empresa prestadora de serviços de suporte, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e programas de informática do para sede e Seccionais do CRMV-CE.			
Prazo para envio da proposta/documentação: partir da publicação do Edital.		Vistoria? () Obrigatória (X) Facultativa () Não se aplica	Amostra/Demonstração? () Sim (X) Não
Pedidos de esclarecimentos: até 18/11/2021 no Comprasnet. Quando houver impossibilidade de fazer no Comprasnet, enviar ao licitacao@crm-v-ce.org.br		Impugnações: Até 18/11/2021 no Comprasnet. Quando houver impossibilidade de fazer no Comprasnet, enviar ao licitacao@crm-v-ce.org.br	
Requisitos Básicos: 1. Sicaf ou documentos equivalentes 2. Certidão Portal da Transparência 3. Certidão CNJ 4. Certidão CNDT 5. Certidão Negativa de Falência 6. Declaração de que não emprega menores. 7. Termo de Confidencialidade e Sigilo		Requisitos Específicos: 7. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado.	
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do CRMV-CE pelo endereço www.comprasnet.gov.br , selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “389197”.			



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

UASG 389197

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 501/2021

TIPO: "MENOR PREÇO - ABERTO"

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ – CRMV-CE, autarquia federal de fiscalização profissional, por intermédio de seu Pregoeiro e sua equipe de Apoio, nomeado pela Portaria nº 65/2021, de 20 de outubro de 2021 torna público, para conhecimento de quantos possam interessar que fará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, em conformidade com as Leis n.º 8.666 de 1993, lei nº 10.520 de 2002, Decreto nº. 5.450/2005, e LC nº. 123/2006, bem como de outras legislações correlatas e suas respectivas atualizações, sob o regime de execução MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às disposições estabelecidas neste Edital e seus anexos:

1. DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública será realizada através do sítio de compras do Governo Federal na rede mundial de computadores (internet), no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, e terá início às 10h00. (Dez horas) no horário oficial de Brasília/DF, do dia 22/11/2021.

2. DO OBJETO

2.1. A contratação de empresa prestadora de serviços de suporte, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e programas de informática do para sede do CRMV-CE.

2.2 Em razão do descritivo do Sistema COMPRASNET não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações dos materiais dispostas no Termo de Referência e tabela referencial de preços deste Edital.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente Pregão.

3.2. O interessado em participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, doravante denominado apenas PREGÃO, deverá estar previamente cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e credenciado perante o sistema eletrônico de compras do Governo Federal – COMPRASNET, doravante denominado apenas sistema, provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (STLI-MPOG).



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

3.3. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer órgão ou entidade pública que atue como unidade de cadastramento desse sistema, obedecidas às condições estabelecidas nas normas aplicáveis.

3.3.1. O CRMV-CE não atua como unidade de cadastramento do SICAF.

3.4. O acesso ao sistema para participação neste PREGÃO dependerá de chave de identificação e senha pessoal, que deverão ser obtidas pelo interessado junto ao provedor do sistema (STLI-MPOG), assim como as demais instruções acerca de seu funcionamento e correta utilização.

3.4.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4.2. A licitante é responsável exclusiva pelo uso de sua senha de acesso ao sistema, assim como por qualquer transação realizada em seu nome, cabendo a si arcar com eventuais danos decorrentes do uso indevido dessa senha, mesmo que por terceiros.

3.5. Qualquer esclarecimento em relação a presente licitação poderá ser solicitado diretamente ao Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no endereço e horários constantes no preâmbulo.

3.6 Poderão participar do presente certame qualquer empresa que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, tendo preferência às empresas ME e EPP e as demais que:

- a) Atendam às condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente ou pelo Pregoeiro Oficial ou Equipe de Apoio, à vista dos originais;
- b) Não estejam sob processo de concordata, falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- c) Não tenham sido declaradas inidôneas por ato de qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que estão suspensas ou impedidas de licitar com CRMV-CE;
- d) Enquadradas em alguma das disposições do artigo 9º, incisos I, II e III, da Lei no 8.666/93 e suas atualizações;
- e) Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as que se enquadrarem em qualquer das exclusões relacionadas nos incisos do §4º e nos §§ 5º e 6º do seu artigo 3º;



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

3.8. Como requisito para participar neste PREGÃO, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, ciência das condições deste Edital e seus anexos, e sua concordância com essas, e o pleno cumprimento das exigências de habilitação do presente Edital.

3.9. A omissão de informações por parte da empresa, ou a declaração falsa, ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

3.10. Não poderão participar deste PREGÃO:

- a) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) As empresas que se encontrarem em processo de falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a administração pública estadual, nos termos do art. 87, Incisos III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- b.1) Para cumprimento do disposto na cláusula acima será realizada consulta no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível no site do Comprasnet (www.comprasnet.gov.br) e consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>).
- c) As empresas interessadas que não atenderem a todas as condições e exigências estabelecidas para este certame, ou não apresentarem os documentos nela exigidos
- d) Empresa que possua, entre seus sócios, servidor, do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará – CRMV-CE;
- e) Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste PREGÃO.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A proposta de preços detalhada deverá conter os seguintes elementos:

- a) razão social da empresa e n.º da inscrição no CNPJ/MF;
- b) endereço completo, número de telefone/fax e e-mail para contato;
- c) dados bancários da empresa (banco, agência e conta corrente);
- d) dados do representante legal que assina a proposta e que assinará o contrato (nome, número e órgão emissor da Cédula de Identidade (RG), número de inscrição no CPF/MF, nacionalidade e estado civil);



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

e) Grupo cotado, faixas etárias, quantidade de usuários por item, período de execução (em meses), valor mensal, e valor anual por usuário (Anexo III).

4.2. A proposta de preços deverá ser elaborada em formulário fornecido pelo CRMV-CE (Anexo III) ou em formulário próprio desde que mantidas todas as informações constantes do Anexo III.

a) havendo dúvida quanto à composição de preço apresentada, o Pregoeiro poderá solicitar esclarecimento à empresa, objetivando a perfeita avaliação dos preços ofertados;

b) identificado erro grave na composição dos preços, que possa comprometer a prestação dos serviços, o Pregoeiro desclassificará a proposta da empresa;

4.2.1. A proposta detalhada deverá ser enviada, quando solicitadas pelo Pregoeiro, nos termos das cláusulas 9.4 e 9.4.1, Capítulo 9 deste Edital.

4.3. Para fins de lançamento da proposta eletrônica no sistema COMPRASNET a licitante deverá utilizar formulário específico disponível no sistema, a qual deverá ser enviada, exclusivamente, através do mesmo sistema até a data e horário fixados para abertura da sessão pública (vide preâmbulo).

4.3.1. Deverá ser lançado no sistema o VALOR GLOBAL para todos os itens.

4.3.2. O recebimento de propostas será encerrado automaticamente pelo sistema na data e horário de abertura da sessão pública.

4.3.3. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta de preços anteriormente apresentada.

4.3.4. A licitante que esteja enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema, no momento de envio da proposta de preços, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, de modo que lhe sejam conferidas as prerrogativas da referida Lei.

4.4. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o serviço ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

4.5. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Pregão e seu anexo, bem como, na legislação aplicável.

4.6. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas concernentes à prestação dos serviços pretendidos, inclusive para as cooperativas o acréscimo previsto em lei para as contribuições previdenciárias.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

4.6.1. A contratada responsabiliza-se pelo ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou insuficiência de especificação de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

4.6.2. O disposto na cláusula acima visa garantir os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

4.7. A proposta de preços terá validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, prazo após o qual, não havendo convocação para a contratação, fica a licitante liberada dos compromissos assumidos.

4.8. A proposta de preços lançada no sistema COMPRASNET será desclassificada se contiver qualquer elemento que possa identificar a licitante.

5. DA VISTORIA

5.1. O licitante poderá, caráter opcional, realizar a vistoria, até o dia anterior à data marcada para o recebimento das propostas com o objetivo de obter maiores detalhes para correta elaboração de suas propostas e consequentemente obtendo a assinatura do responsável da área na qual será realizado o serviço, conforme modelo de declaração de vistoria (Anexo IV).

5.1.1 - A vistoria deverá ser previamente agendada, com no máximo de um dia útil de antecedência, junto ao funcionário responsável através do e-mail coordenadoriaadm@crm-ve.org.br.

5.1.1.1. O horário e data da vistoria serão estipulados pelo representante do CRMV-CE no ato do agendamento.

5.1.1.2. A declaração de vistoria com a assinatura do responsável da área na qual será realizado o serviço será documento exigido para a habilitação do licitante neste Pregão.

5.2. Se o interessado optar por NÃO realizar a Vistoria Técnica, o mesmo deverá enviar **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EM RELAÇÃO AO DECLÍNIO DE VISITA TÉCNICA** (Anexo V) devidamente preenchida e assinada por representante legal da empresa.

5.2.1. A vistoria NÃO é obrigatória e não apresentação da Declaração de Vistoria não será motivo para inabilitação da licitante, DESDE QUE envie juntamente com a documentação de habilitação a Declaração de Responsabilidade em Relação ao Declínio de Vista Técnica. Não serão aceitos questionamentos posteriores e tampouco alegações de desconhecimento para o não cumprimento das obrigações contratuais.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. O Pregoeiro dará início à sessão pública deste PREGÃO, na data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, na forma eletrônica, e será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo federal, disponível no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.2. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes será realizada exclusivamente através de troca de mensagens de texto, em campo próprio do sistema.

6.3. Compete a licitante o acompanhamento da sessão pública, via sistema, ficando responsável pelos eventuais ônus decorrentes da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, ou pelo Pregoeiro, ou de sua desconexão.

7. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

7.1. O Pregoeiro fará a análise das propostas apresentadas, tendo como base as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência, e desclassificará aquelas em desconformidade com essas condições.

7. 2. A desclassificação de proposta será registrada pelo Pregoeiro no sistema com a fundamentação da desclassificação.

7.3. São causas de desclassificação de proposta, dentre outras:

- a) oferta de preço de valor zero, irrisório ou manifestamente inexequível, sendo este aquele que seja inferior ao custo total da prestação do serviço apurada, acrescido dos encargos legais;
- b) apresentação de oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes ou de qualquer outra natureza;
- c) oferta de produto diverso do objeto da licitação;
- d) oferta de serviço que não atenda às especificações mínimas exigidas;
- e) presença de qualquer elemento que possa identificar a licitante.

7.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

7.5. O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública do Pregão Eletrônico, solicitar informações às licitantes, acerca de suas propostas/documentações, utilizando a ferramenta de conversação disponível no sistema.

7.6. As propostas classificadas pelo Pregoeiro serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para fins de participação da fase de lances.

7.6.1. O critério de julgamento das propostas para fins de ordenamento da classificação será de MENOR PREÇO TOTAL ANUAL.

8. DA FASE DE LANCES

8.1. Concluída a classificação das propostas, o Pregoeiro iniciará a etapa competitiva, na qual as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema.

8.2. A licitante será imediatamente informada do recebimento do lance ofertado e de seu respectivo valor consignada no registro.

8.3. As licitantes farão a disputa dos lances no modo aberto, com intervalo mínimo de **R\$ 20,00 (vinte reais) por lance**.

8.3.1 A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.4. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.4.1. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 8.4, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no 7.4, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa.

8.6. No curso da fase de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante que o ofertou.

8.7. A fase de lances será encerrada por decisão do Pregoeiro, sendo que o sistema encaminhará às licitantes avisos do fechamento iminente dessa fase.

8.8. Após o aviso de encerramento dos lances, haverá o decurso de período de até trinta minutos, definido aleatoriamente pelo sistema, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

8.9. Durante a fase de lances é permitido ao Pregoeiro excluir lance cujo valor seja considerado inexequível, justificando tal exclusão.

9. DA PARTICIPAÇÃO DO PREGÃO e DIREITO DE PREFERENCIA PARA ME/EPP.

9.1. Será dado direito de preferência previsto na Lei Complementar n.º 123/2006; à licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha declarado seu enquadramento como tal, na forma indicada neste Capítulo.

9.2. Encerrada a fase de lances, caso a proposta de menor valor não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema automaticamente analisará as demais propostas de valor igual ou superior em até 5% (cinco por cento) à de menor valor, e realizará os procedimentos cabíveis ao exercício do direito de preferência, observado o disposto abaixo.

9.2.1. Havendo, dentro desse intervalo, proposta(s) apresentada(s) por microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, será convocada a mais bem classificada para apresentação de última oferta, de valor inferior à proposta de menor preço, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema.

9.2.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não apresente sua última oferta, o sistema convocará automaticamente as demais licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte que atendam às condições desta cláusula, obedecida a ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

9.2.3. Não havendo, dentro do intervalo indicado na cláusula 8.2, proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou não havendo nova oferta de preço por microempresa ou empresa de pequeno porte, permanecerá vencedora a proposta de menor preço originalmente ofertada.

10. DA NEGOCIAÇÃO E DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. Concluída a fase de lances, e já tendo sido concedida a preferência às microempresas e empresas de pequeno porte previsto no Capítulo 8, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

10.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.1.2 O prazo será de duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 10.1.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

10.1.3. Caso as informações fornecidas sobre o serviço sejam insuficientes para a verificação de sua conformidade, o Pregoeiro poderá requisitar a complementação dos dados através da ferramenta de conversação disponível no sistema;

10.2. O prazo para a complementação das informações requisitadas será definido pelo Pregoeiro, e informado às licitantes através da ferramenta de conversação do sistema, e será de, no mínimo, 5 (cinco) minutos, contado a partir da solicitação do Pregoeiro;

10.3. A não indicação da informação solicitada nos termos das cláusulas 10.1.1 e 10.1.2 poderá acarretar a recusa da proposta.

10.4. Não serão aceitas propostas cujo valor final ofertado, considerados estes os valores propostos pela empresa após o encerramento da fase de lances e da negociação porventura realizada junto ao Pregoeiro, sejam superiores aos valores máximos estimados da contratação.

10.5. Aplica-se à fase de aceitação de propostas, no que couber, o disposto no Capítulo 7 deste edital.

10.6. A(s) empresa(s) ofertantes do menor preço, DEVERÃO encaminhar, através do sistema comprasnet, a Proposta Escrita, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, contados da convocação do Pregoeiro, aplicando-se no couber o estipulado no Capítulo 12.

10.6.1. Para a elaboração da Proposta Escrita, deverá ser utilizado o Anexo IV do Edital (Modelo de Planilha Orçamentária).

10.7. Na hipótese de não aceitação da proposta, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade, e assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta que seja aceitável.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Aceita a proposta de preços, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante proponente, que consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

11.1.1. JURÍDICA

- a. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;
- b. Registro comercial, no caso de empresa ou empresário individual;
- c. Ato constituição, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, bem como todas as alterações contratuais, se houverem, ou da consolidação respectiva;



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

- d. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda
- b. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, bem como de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão unificada expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF e pela Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014;
 - b.1 Se dentro da validade, poderão ser apresentadas, em substituição a Certidão prevista na alínea “b”, separadamente, a Certidão referente à prova de regularidade perante a Seguridade Social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) expedida pelo INSS, e a Certidão relativa à prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidões expedidas pela Procuradoria da Fazenda e pela Secretaria da Receita Federal;
- c. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS), através do Certificado de Regularidade de Situação (CRS) expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência);
- e. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativo aos tributos mobiliários e imobiliários, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- g. Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

11.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Prova de negativa de falência ou recuperação judicial, através de Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor do Tribunal de Justiça da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

11.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado emitidos em nome da LICITANTE, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado a contento ou executar serviços pertinentes ao objeto para o setor público ou privado, em original ou cópia autenticada.

11.1.5 VISTORIA E DECLARAÇÕES:

- a. Atestado de Vistoria, conforme anexo IV ou Declaração de Responsabilidade em Relação ao Declínio de Visita Técnica (Anexo V);
- b. Termo de Confidencialidade e Sigilo (Anexo VI)

11.2. No tocante aos documentos exigidos nas alíneas “a”, “b” e “c” da cláusula 11.1.2, a habilitação da licitante será verificada mediante consulta on-line ao SICAF, ou mediante apresentação dos próprios documentos na forma do Capítulo 11.

11.3. Quanto ao documento exigido na alínea “d”, a habilitação da licitante será verificada mediante consulta on-line ao site do TST (Tribunal Superior do Trabalho), ou mediante apresentação dos próprios documentos na forma do Capítulo 11.

11.4. O documento de que trata a alínea “g” da cláusula 11.1.2 deverá ser encaminhado eletronicamente, por ocasião do envio da proposta, ou através de campo próprio no sistema do COMPRASNET.

11.5. Os documentos de que tratam as cláusulas 11.1.1, 11.1.3 e 11.1.4 deverão ser encaminhados por e-mail quando solicitados pelo pregoeiro nos termos do capítulo 11 deste Edital.

11.5.1. Observar-se-á para fins de julgamento da habilitação o disposto nas cláusulas 7.4 e 7.5.

11.6. Nos termos da LC 123/2006 e do Decreto 6.204/2007, se exigirá a comprovação da regularidade fiscal da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação:

11.6.1. Os documentos exigidos nesta licitação relativos à regularidade fiscal são os indicados nas alíneas ‘a’, ‘b’, ‘c’ e ‘e’ da cláusula 11.1.1 deste Edital.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

11.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.8 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.9. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

11.10. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

11.11. No que se refere a envio de documentos/anexos deverá ser observado o disposto no Capítulo 11.

11.12. Atendidas às condições expostas neste Capítulo, a licitante será declarada vencedora.

12. DO ENVIO DE DOCUMENTOS E ANEXOS

12.1. Em caso de haver necessidade de envio de documento e/ou anexo por parte de empresa licitante, o Pregoeiro fará a solicitação através da ferramenta de conversação disponível no sistema.

12.1.1. O envio de documento/anexo será feito de forma virtual, mediante uso da função de convocação de anexos existente no sistema.

12.1.2. Os documentos/anexos deverão ser encaminhados, preferencialmente, em arquivo digitalizado, no formato “PDF”, de modo a não permitir sua manipulação.

12.1.3. O prazo para envio de documento/anexo será definido pelo Pregoeiro, e informado às licitantes através da ferramenta de conversação do sistema, e será de, no mínimo, 5 (cinco) minutos, contado a partir da convocação.

12.1.4. Verificada a impossibilidade de envio por meio da ferramenta indicada na cláusula 12.1.1, poderá ser utilizada outra forma de envio (correio-eletrônico, fax, ou outra), a ser indicada pelo Pregoeiro.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

12.2. Visando evitar desperdício de tempo e recursos, tanto do CRMV-CE, como das licitantes, somente deverá haver envio de documentos/anexos (por ex.: documentos de habilitação) por parte das licitantes se houver expressa solicitação do Pregoeiro.

12.3. Sendo necessária a apresentação de original ou cópia autenticada do documento/anexo, a empresa licitante deverá fazê-lo no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.3.1. A via original, ou cópia autenticada, do documento/anexo, da CLAUSULA 10, deverão ser entregues no Protocolo do CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ – CRMV-CE.– Rua Dr. José Lourenço, 3288 – Bairro Joaquim Távora – Fortaleza/CE – CEP: 60.115-282, em envelope contendo a identificação da empresa e a referência ao seu conteúdo e a este Pregão. De segunda-feira a Sexta-feira, no horário de 08h00 as 12h00 e/ou de 13h00 as 17h00.

13. DAS DESCONEXÕES

13.1. Ocorrendo a desconexão do Pregoeiro com o sistema, no curso da fase de lances, estes continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados, se o sistema permanecer acessível aos licitantes.

13.2. Se a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa pelo sistema, e terá reinício somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

13.3. Em caso de desconexão de licitante com o sistema, a sessão do Pregão prosseguirá normalmente, cabendo ao licitante os eventuais ônus decorrentes dessa desconexão.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Declarada a licitante vencedora, será aberto prazo de, no mínimo, 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata e motivada, sua intenção de recorrer, mediante registro no campo próprio do sistema.

14.2. Caberá ao Pregoeiro, através de campo próprio do sistema, acatar ou rejeitar, motivadamente, a intenção de recorrer manifestada.

14.3. Aceita a intenção de recurso, a licitante deverá registrar as razões de seu recurso, em campo próprio do sistema, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra razões, também via sistema e em igual prazo, contado do término do prazo do recorrente, sendo assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

14.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, no prazo indicado na cláusula 14.1, importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à licitante vencedora.

14.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6. Mantida a decisão recorrida, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, neste caso o Presidente do CRMV-CE, que decidirá o recurso.

14.7. Decidido o recurso, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1. Homologado o resultado desta licitação pelo Presidente do CRMV-CE, a contratação será formalizada mediante lavratura dos termos de contrato e emissão da(s) Nota(s) de Empenho respectiva, contendo a indicação do item, com sua descrição e preço do serviço ao CRMV-CE.

15.2. Como condição para lavratura dos termos de contrato e emissão da(s) Nota(s) de Empenho, a licitante vencedora deverá atender a todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive a microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha se utilizado da prerrogativa indicada na cláusula 9 deste Edital.

15.2.1. A(s) empresa(s) prestadoras dos serviços deverão manter, durante o prazo de vigência da contratação, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

15.3. A(s) empresa(s) vencedora(s) será (ão) convocada(s) a comparecer ao CRMV-CE para assinar os termos de contrato e retirar as Notas de Empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do ofício, sob pena de decair o direito à contratação.

15.3.1. A critério do CRMV-CE, os termos de Contrato e a Nota de Empenho poderão ser encaminhados à empresa vencedora através de serviço postal, fax, correio-eletrônico, ou outro meio disponível, devendo a(s) empresa(s) vencedora(s) atestar seu recebimento no mesmo prazo indicado na cláusula 15.3.

15.3.2. Na hipótese do não cumprimento do prazo indicado na cláusula 15.3, ou de haver recusa da(s) empresa(s) vencedora(s) em assinar o termo de contrato e/ou retirar/receber a Nota de Empenho, fica facultado;

à Administração proceder à adjudicação do objeto da contratação às demais licitantes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo das penalidades aplicáveis à(s) empresa(s) vencedora(s).



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

15.4 Os encargos das partes bem como as normas relativas a recebimento do objeto, liquidação, pagamento, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do termo de referência em anexo a este Edital.

16. DAS PENALIDADES A LICITANTES

16.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.2. A licitante que se recusar a receber a Nota de Empenho ficará sujeita a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação.

16.3. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se utilizar da prerrogativa da cláusula 16.6 deste Edital, e não regularizar a documentação que tenha sido apresentada com restrição, dentro do prazo fixado, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS.

17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

17.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

17.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

17.2. Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste PREGÃO, mediante envio de impugnação através de correio-eletrônico, para o endereço licitacao@crm-v-ce.org.br, com cópia para coordenadoriaadm@crm-v-ce.org.br.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

17.2.1 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pela Assessoria Jurídica desta instituição, decidir e/ou encaminhar ao conhecimento do Senhor Presidente do CRMV-CE, sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

17.2.2 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.2.3. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão conter a identificação do interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

18.1 As despesas decorrentes da aquisição dos serviços descritos no termo de referencia correrão por conta da reserva orçamentária realizada para esta contratação registrada na rubrica 6.2.2.1.1.01.02.02.006.002 – Consultoria e Assessoria – Tecnologia da Informação

19. DO PAGAMENTO

19.1 O pagamento será realizado em 10 (dez) dias corridos após a apresentação pela CONTRATANTE à CONTRATADA da Nota Fiscal ou fatura que terá o atesto da prestação dos serviços, nas condições exigidas no edital e seus anexos, pelo responsável do contrato;

19.2. Para pagamento do valor acordado, a CONTRATADA deverá encaminhar a CONTRATANTE o documento fiscal exigível, discriminando todas as importâncias devidas, correspondentes aos materiais efetivamente entregues, juntamente com os seguintes documentos:

- I - Comprovante de regularidade com o Sistema de Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito – CND;
- II - Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- III - Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal – Certidão Conjunta Negativa;
- IV - Comprovante de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

V - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

VI - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

19.3 A CONTRATADA responsabiliza-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do presente contrato.

19.4 A CONTRATADA é responsável ainda, por quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo pelo não cumprimento às cláusulas e condições do presente contrato.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.2. A apresentação de proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste edital e seu anexo.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

20.3. Faz parte integrante deste edital os anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV – MODELO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ANEXO V – MODELO DA DECLARAÇÃO DE VISTORIA

ANEXO VI – MODELO DA DECLARAÇÃO DE DECLÍNIO DE VISTORIA

ANEXO VII – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

20.4. Todas as informações referentes a esta Licitação, tais como: alterações de prazos ou das peças que compõem o Edital, registro de esclarecimentos, impugnações ou recursos e respectivas respostas, resultados de julgamento, entre outras, serão divulgadas no sítio eletrônico www.crmv-ce.org.br e no sítio de compras do Governo Federal, observadas as regras do referido sistema.

20.4.1. As empresas interessadas/licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas na forma indicada acima, não podendo alegar seu desconhecimento.

20.4.2. Em caráter complementar, as informações referidas na cláusula 20.4 poderão ser divulgadas, também, no sítio do CRMV-CE na internet, no endereço eletrônico www.crmv-ce.org.br.

20.5. Esta licitação poderá ser suspensa, revogada por razões de interesse público ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, em qualquer tempo.

20.6. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas a presente licitação.

20.7. A contagem de prazos realizar-se-á excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do vencimento, encerrando-se, sempre, às 18h (dezoito horas) do dia do vencimento do prazo.

20.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

21. DO FORO

21.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal no Estado do Ceará, nesta Capital: Fortaleza/CE, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Fortaleza-CE, 22 de Outubro de 2021.

Méd. Vet. Francisco Atualpa Soares Junior

Presidente

CRMV-CE nº 1780



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços especializados em tecnologia da informação. Para um prazo de 12(doze) meses, tendo em vista que estamos fazendo um processo licitatório para o referido objeto, uma vez que contrato atual se finda em maio de 2021.

2 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

- a) A equipe prevista para a execução dos serviços especificados deverá ser composta de profissionais em consonância com as necessidades do CRMV-CE.
- b) Os serviços serão realizados na Sede do CRMV-CE, em Fortaleza-CE, a priori, existindo a possibilidade de execução de serviços em eventos externos desta Instituição.
- c) Após cada atendimento, deverá ser gerada uma ficha com: descrição das atividades, data, horário de início e finalização. As fichas serão validadas por profissional do CRMV-CE que acompanhar a execução das atividades realizadas.
- d) Para cada atendimento, a contratada deverá disponibilizar um formulário de avaliação a ser preenchido pelo CRMV-CE, de forma a possibilitar um acompanhamento do nível de satisfação dos serviços prestados. A contratada deverá enviar mensalmente resumo dos níveis de satisfação dos atendimentos.
- e) Não há limite para os atendimentos remoto mês. Sempre que solicitado, a empresa contratada deverá executar os atendimentos para a Sede ou excepcionalmente no local do evento externo do CRMV-CE.
- f) Não há limite de atendimentos presenciais em casos de parada crítica (chamados urgentes) nos servidores e serviços de rede, sempre que solicitado à contratada deverá executar este atendimento.
- g) Os atendimentos presenciais, na Sede do Conselho, para levantamento, estudos técnicos e homologação de produtos e serviços adquiridos, terão limite de 60 (sessenta) horas mês.
- h) A contratada poderá desenvolver as demandas e estudos solicitados pelo CRMV-CE em local a ser definido pela contratada;



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

i) Os serviços previstos nos atendimentos estão descritos no item nº 7.

Item	Objeto	Quantidade	Valor Unit. Estimado	Valor Global Estimado
01	A contratação de uma empresa para prestação de serviço na área de informativa em conformidade com as especificações, quantidades e condições constantes deste Termo de Referência.	01	R\$ 2.324,27	R\$ 27.891,24

3 – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

a) Manter a equipe de trabalho adequada para a execução dos serviços, obedecendo aos horários estabelecidos e cumprindo as normas de segurando do CRMV-CE.

b) Apresentar, previamente à execução dos serviços de instalação, plano de execução, detalhando fases e prazos estimados, devendo conter a previsão de eventos que afetem outras atividades do Conselho ou que interajam com outros softwares de gerencia já em operação.

c) Substituir, sempre que exigido pela Autarquia e independente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Conselho ou ao interesse do serviço público.

d) A Contratada se declara ciente dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018 “LGPD”), bem como que os dados pessoais dos envolvidos nesta contratação serão sigilosos e obriga-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir a proteção de dados pessoais na extensão autorizada na referida LGPD;

e) Manter sigilo sobre quaisquer informações de propriedade do CRMV-CE, em conformidade com as cláusulas apresentadas no Termo de Confidencialidade.

4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) A empresa proponente deverá apresentar junto à documentação do Processo Licitatório, documentos que comprovem as seguintes qualificações técnicas:



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

- a.1) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação pela licitante de serviço de suporte técnico em Windows Server 2016 ou Windows Server 2019;
- a.2) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação pela licitante de serviço de suporte técnico a estações Windows 10 ou superior;
- a.3) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação pela licitante de serviço de suporte técnico a rede de computadores, contendo Switches, Modem, Roteadores e Wi-fi;
- a.4) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação pela licitante de serviço de suporte técnico em Firewall, Proxy e VPN, para redes;
- a.5) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação pela licitante de serviço de elaboração de projetos técnicos na área de tecnologia da informação.

5 – DO ATENDIMENTO TELEFÔNICO:

- a) Os serviços de atendimento telefônico para registro e acompanhamento dos chamados serão exigidos durante 05 (cinco) dias da semana e pelo período de 08 (oito) horas do dia, correspondendo de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.
- b) O serviço de atendimento telefônico deverá ser prestado por meio de número 0800 ou com prefixo da região de Fortaleza (85).

6 – MEIOS DE ABERTURA DOS CHAMADOS:

- a) A abertura do chamado técnico ou solicitação de serviço poderá ser efetuada pelo CRMV-CE junto ao Service Desk da contratada, devendo ocorrer via chamada telefônica, por e-mail ou formulário próprio na internet (sistema de chamado).
- b) O chamado realizado via chamada telefônica ou e-mail deverão ser registrados no sistema de atendimento, para posterior geração de relatórios.
- c) Ao final de cada mês, a contratada deverá enviar junto à Nota Fiscal, o relatório resumido de chamados executados no mês.

7 – DESCRITIVO TÉCNICO DOS SERVIÇOS:

7.1 – ADMINISTRAÇÃO DA REDE



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

- a) Suporte e correção de problemas de softwares de Servidores, Switches e demais Ativos da Rede;
- b) Instalações e desinstalações de novos sistemas nos servidores de rede;
- c) Realização de atividades preventivas, upgrades, atualizações de softwares;
- d) Configurações, upgrades e atualizações para Backups no ambiente de servidor, HD externo ou em nuvem ofertada pela contratada;
- e) Correção de erros e configuração de VLAN, VPN, DNS;
- f) Implantação, documentação, manutenção e execução dos procedimentos para inicialização e desligamento de Servidores e demais equipamentos de Rede de Dados;
- g) Elaboração de tarefas preventivas nos equipamentos críticos do ambiente de servidores;
- h) Avaliação e testes de novas tecnologias de rede, com o desenvolvimento e implantação de padrões e procedimentos;
- i) Elaboração de documentações relacionadas às atividades de administração;
- j) Elaboração de relatórios gerenciais para respaldar a tomada de decisão do CRMV-CE e apresentar a evolução das melhorias implantadas;
- k) Controlar as prioridades de tarefas e ações conforme definições com o CRMV-CE;
- l) Participar de reunião bimestral ou por solicitação do CRMV-CE, para apresentação das ações desenvolvidas e novas oportunidades;
- m) Otimização do ambiente por meio e parametrização dos sistemas existentes, visando maior produtividade dos usuários e melhor uso dos recursos disponíveis;
- n) Garantir a máxima segurança do ambiente CRMV-CE, envolvendo: levantamento da situação atual de segurança na rede, implantação de soluções das vulnerabilidades encontradas, auxílio na análise de logs, avaliação de eventuais ataques ou invasões que o Conselho venha a sofrer;
- o) Planejar, revisar e implantar a segurança por perfis de acesso, garantindo o adequado uso do ambiente pelos usuários do CRMV-CE, conforme a política de segurança determinada;
- p) Execução da agenda de atividades previamente acordada entre as partes;
- q) Outras atividades inerentes à administração de Redes Multi-plataforma;
- r) Repasse de metodologias para o CRMV-CE.
- s) Manter a atualização dos pontos de rede identificados.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

- t) Dar suporte integral a funcionários/as e Diretores/as do CRMV-CE quando da necessidade de utilizar, prever ou avaliar previsão do uso de ferramentas, programas e equipamentos de Tecnologia da Informação no âmbito de suas atribuições e necessidades de gestão pública;
- u) Gerenciamento e supervisão do sistema de reuniões on-line, Exemplo: Webex – Cisco; com a gravação através de mídia (CD/DVD);
- v) Suporte técnico a eventos virtuais e presenciais realizados pelo CRMV-CE;

7.2 – SERVIDORES:

- a) Implantação e gerenciamento do servidor, e compartilhamento e permissões de arquivos.
- b) Instalação, monitoramento e configuração de softwares nos servidores de rede;
- c) Atividades de manutenção, instalação e organização dos servidores e periféricos;
- d) Monitoramento e análise de desempenho dos servidores e de mídias de dados;
- e) Monitoramento da disponibilidade do(s) servidor(es);
- f) Monitoramento de falhas de serviços;

7.3 – DO SUPORTE AOS PROJETOS:

- a) Deverá ser prestado suporte a todos os projetos implantados por meio desta contratação, envolvendo garantia de continuidade das soluções utilizadas pelo CRMV-CE;
- b) O serviço de suporte será exigido durante 05 (cinco) dias da semana e período de 08 (oito) horas do dia;
- c) Será considerado horário normal: dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

7.4 – PROJETOS PREVISTOS:

7.4.1 – IMPLANTAÇÃO DE MECANISMOS DE COTAS PARA USUÁRIOS

- a) Análise da situação atual;
- b) Análise de capacidades de armazenamento;
- c) Definição de métricas;
- d) Implantação das regras.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

7.4.2 – DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PARA A SALVAGUARDA DE INFORMAÇÃO

- a) Análise da situação atual;
- b) Análise de capacidades de armazenamento;
- c) Análise de alternativas, envolvendo software e hardware para controle de armazenamento;
- d) Implantação da solução.

7.4.3 – MONITORAMENTO DE REDE

- a) Configuração de hardware;
- b) Documentação dos processos e rotinas.
- c) Alertas de gatilhos de consumo de memória, ocupação de disco e processamento;
- d) Monitoramento em tempo real com alertas dos serviços do servidor

7.4.4 – DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PARA BACKUPS DE DADOS

- a) Análise da situação atual;
- b) Proposição de melhorias (software, sistemática, períodos de retenção, janelas de operação);
- c) Definição de rotinas e procedimentos de backup;
- d) Documentação da nova política;
- e) Gravação das reuniões, solenidades, dentre outros eventos do CRMV-CE que se façam necessários, em mídia externa (CD ou DVD);
- f) Disponibilização e formatação de arquivos, com vistas à publicação no portal da transparência da instituição.

7.4.5 – DEFINIÇÃO DE POLÍTICA E SISTEMÁTICA PARA ACESSOS REMOTOS

- a) Análise da situação atual;
- b) Proposição de melhorias (software, sistemática, períodos);
- c) Definição de rotinas, políticas, formas de acesso (VPN), Controles necessários e Segurança da Solução;



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

d) Documentação da nova política.

7.4.6 – ANÁLISE DE SEGURANÇA

- a) Todos os elementos de hardware e software de rede;
- b) Análise dos elementos de segurança (Antivírus, AntiSpam, Proxy-Reverso, Next Generation Firewall, DMZ);
- c) Levantamento da situação atual de segurança na rede do CRMV-CE;
- d) Sugestão e implantação de soluções para as vulnerabilidades encontradas;
- e) Análise de logs;
- f) Avaliação de eventuais ataques sofridos pelo CRMV-CE;
- g) Definição de ações periódicas a serem executadas pela técnica do CRMV-CE, a fim de avaliar a segurança da rede;
- h) Avaliações periódicas do projeto de segurança do CRMV-CE.
- i) Elaboração de um inventário dos equipamentos automatizado, de maneira que o contratado consiga gerar e enviar à informação a parte contratante.

8 – DIAGNÓSTICO INICIAL E PLANO DE MELHORIAS:

- a) A contratada deverá elaborar no prazo de 30 (trinta) dias da vigência do contrato, diagnóstico inicial de todo o parque tecnológico do CRMV-CE (Sede);
- b) Juntamente com o diagnóstico inicial, deverá ser apresentado parecer técnico e um plano de melhorias a ser implantado pelo CRMV-CE, o qual deverá especificar e propor soluções aos problemas identificados, as tecnologias, sistemas, hardwares, softwares e outros que atendam de maneira mais eficaz as necessidades da Autarquia;
- c) Sempre que solicitado pelo CRMV-CE, à contratada deverá elaborar estudo técnico sobre a viabilidade técnico-econômica de equipamentos, softwares, sistemas de informação e correlatos;
- d) Sempre que solicitado pelo CRMV-CE, à contratada deverá pesquisar e apresentar propostas de aquisição de equipamentos, softwares, tecnologias e semelhantes, visando prever e/ou solucionar problemas, bem como maximizar os resultados da área e/ou auxiliar tecnicamente nos procedimentos licitatórios necessários.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

9 – CARACTERÍSTICAS GERAIS:

a) A contratada deverá possuir sede na cidade de Fortaleza ou região, uma vez que os atendimentos realizados deverão contar com suporte presencial em situações críticas e também tornar viável o cumprimento dos prazos de atendimento;

b) Deverão ser observados os seguintes prazos para atendimento dos chamados:

- Atendimento é a atuação presencial ou remota.
- Até (03) três horas úteis, quando se tratar de chamado urgente;
- Até 16 (dezesesseis) horas úteis quando se tratar de chamado normal (quando não impacta a parada de toda a rede);
- Até 24 (vinte e quatro) horas úteis, quando da solicitação de serviços de elaboração de projetos técnicos na área de tecnologia da informação.

c) Não está previsto substituição de peças/hardwares, sempre que necessária substituição será comunicado ao CRMV-CE, o qual providenciará a substituição;

d) Os atendimentos a estações de trabalho de primeiro nível (instalação e configuração de sistemas operacionais e aplicativos) serão executados pelo CRMV-CE sob a orientação da contratada. A contratada será acionada nos casos críticos de não resolução de problemas;

e) A contratada deverá elaborar diagnóstico sobre o parque de impressoras do CRMV-CE, envolvendo Sede, bem como avaliação e proposta do melhor formato para o parque de impressoras da Autarquia.

f) Toda a manutenção do parque de impressoras é de responsabilidade do CRMV-CE;

g) A contratada deverá emitir parecer técnico, sobre o desenvolvimento de sistema e aplicação, quando solicitado pela Autarquia;

h) Comunicar imediatamente à área responsável pela fiscalização dos serviços, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam tomadas todas as medidas de regularização necessária;

i) Executar outras tarefas e atividades correlatas em sua área de atuação, de acordo com a necessidade da Autarquia.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

10. CRITÉRIO PARA ESCOLHA DA PROPOSTA

10.1. Deverá ser escolhida a proposta mais vantajosa economicamente para o CRMV-CE, referente aos critérios de qualidade, quantidade e prazo, levando em conta todas as especificações desse Termo de Referência.

10.2. A proposta deverá ser com menor valor global por lote único.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. O licitante deverá comprovar a aptidão para o fornecimento de bens objeto deste edital ou semelhante, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. Os atestados valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

11.2. O licitante deverá apresentar documento que demonstre que está autorizado pelo fabricante a comercializar os equipamentos bem como a prestar os serviços descritos neste termo de referência.

12. DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

12.1. Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a responsabilidade pela gestão desta contratação ficará a cargo do CRMV-CE, através de servidor designado, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança.

12.2. A fiscalização deste Contrato será realizada por servidor a ser indicado pela Presidência do CRMV-CE, através de Portaria.

12.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

12.4. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, os titulares da fiscalização deverão de imediato, comunicar por escrito à autoridade competente, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na Lei e nesse Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

12.5. O material rejeitado deverá ser trocado pelo exigido corretamente nesse Termo de Referência nos prazos previstos, arcando a CONTRATADA com o ônus decorrente do fato.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

12.6. Os materiais serão entregues, preferencialmente, no expediente normal da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA programar, com o gestor do contrato, os horários de suas realizações.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Permitir o acesso de fornecimento da CONTRATADA, aos locais de entrega, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.

13.2. Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

13.3. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

13.4. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto desta Contratação.

13.5. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Instrumento e no Contrato.

13.6. Cumprir com as demais obrigações constantes do Edital e neste Termo de Referência.

14. PRAZO CONTRATUAL E EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, respeitadas os prazos diferenciados de garantia e demais previstos no item 4.

14.2. O prazo de entrega do bem não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura do contrato e negociado com a Comissão de Patrimônio do CRMV-CE, no telefone (85) 9.9129.4997, salvo em casos justificados e aceitos pelo CONTRATANTE.

14.3. A empresa contratada, sempre que convocada, deverá comparecer, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, à Sede do CRMV-CE, para coleta do equipamento em que foi constatada irregularidade(s), conforme discriminado nesse Termo de Referência.

15. DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

15.1 O pagamento será realizado em 10 (dez) dias corridos após a apresentação pela CONTRATANTE à CONTRATADA da Nota Fiscal ou fatura que terá o atesto da prestação dos serviços, nas condições exigidas no edital e seus anexos, pelo responsável do contrato;

15.2 Para pagamento do valor acordado, a CONTRATADA deverá encaminhar:



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

à CONTRATANTE o documento fiscal exigível, discriminando todas as importâncias devidas, correspondentes aos materiais efetivamente entregues, juntamente com os seguintes documentos:

I - Comprovante de regularidade com o Sistema de Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito – CND;

II - Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

III - Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal – Certidão Conjunta Negativa;

IV - Comprovante de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

V - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

VI - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

15.3 A CONTRATADA responsabiliza-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do presente contrato.

15.4 A CONTRATADA é responsável ainda, por quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo pelo não cumprimento às cláusulas e condições do presente contrato.

16. SANÇÕES

16.1. Serão aplicadas à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as penalidades conforme a seguir:

16.1.1. Multa por Descumprimento de Prazos e Obrigações:

16.1.2. Na hipótese da CONTRATADA não entregar o objeto contratado no prazo estabelecido, caracterizar-se-á atraso, e será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação;

16.1.3. O CONTRATANTE a partir do 10º (décimo) dia de atraso poderá recusar o objeto contratado, ocasião na qual será cobrada a multa relativa à recusa e não mais a multa diária por atraso, ante a inacumulabilidade da cobrança;



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

16.1.4. Em caso de recusa do objeto contratado aplicar-se-á multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

16.1.5. Entende-se configurada a recusa, além do descumprimento do prazo estabelecido no subitem “10.2” deste Termo de Referência, as hipóteses em que a CONTRATADA não apresentar situação regular conforme exigências contidas neste Termo de Referência e no Contrato;

16.1.5.1. Caso a CONTRATADA não atenda aos demais prazos e obrigações constantes neste Termo de Referência e no Instrumento Contratual, aplicar-se-á multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação;

16.1.5.2. A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.

16.2. Multa por Rescisão

16.2.1 Nas hipóteses de rescisão unilateral, deve ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação;

16.2.2. Não deve haver cumulação entre a multa prevista neste artigo e a multa específica prevista para outra inexecução que enseje em rescisão. Nessa hipótese, deve ser aplicada a multa de maior valor;

16.2.3. As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados ou da garantia, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

16.3. O CRMV-CE poderá suspender os pagamentos devidos até a conclusão dos processos de aplicação das penalidades.

16.4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita às demais penalidades referidas no Capítulo IV da lei nº 8.666/1993.

16.5. A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pelo CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

17.1. A licitação objeto deste Termo de Referência poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93. Fortaleza, 22 de Outubro de 2021. Responsável pela elaboração do Termo de Referência.

Pedro Alves de Oliveira Neto

Analista Administrativo

Matricula 036

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços especializados em tecnologia da informação.

DESPACHO:

Aprovo o presente Termo de Referência, em cumprimento ao que determina o inciso II, art. 14º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2020. Ao Senhor Pregoeiro para demais providências.

Em 22 /10 /2021.

Méd. Vet. Francisco Atualpa Soares Júnior

Presidente

CRMV-CE nº 01780.VP



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, e a _____ . Pelo presente Instrumento Particular de contrato de fornecimento de bens, de um lado, o CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, autarquia federal de fiscalização profissional regida pela Lei nº 5.517/68, inscrita no CNPJ sob o nº 06.622.443/0001-09, com sede na Rua Dr. José Lourenço, 3.288 – Bairro Joaquim Távora – Fortaleza - CE, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr....., brasileiro, casado, Médico Veterinário, RG nº e CPF/MF sob o nº, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF, estabelecida na, neste ato representado por, residente e domiciliado, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justos e contratados o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto a Contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática no intuito de atender as necessidades de conservação da Sede do CRMV-CE, nos termos e condições edital PREGÃO 001/2021 e seus Anexos, que passam a integrar este instrumento como se nele transcritos estivessem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 . Os SERVIÇOS deverão ser EXECUTADOS no local indicado no Anexo I edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a CONTRATANTE se obriga a:

1. Dar ciência à CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias das alterações que pretenda efetuar no contrato;
2. Cumprir pontualmente todos os seus compromissos financeiros ajustados com a CONTRATADA;
3. Notificar, por escrito, à CONTRATADA sobre a aplicação de eventuais multas e penalidades, nos termos deste Contrato e das Leis Federais nº 8.666/93 e 8.883/94 ou outras que vieram a substituí-las.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Contrato e na legislação pertinente, as seguintes:

4.1. Fornecer, sob sua responsabilidade, mediante a autorização da contratante, todos os componentes necessários à perfeita prestação de serviços, substituindo total ou parcialmente os equipamentos quando necessário em concordância com o item 7 do termo de referencia.

4.2. Fornecer, às suas expensas e sob sua responsabilidade, toda supervisão, treinamento, transporte, alimentação e equipamentos necessários à execução, pelos seus prepostos, dos serviços contratados;

4.3. Fornecer às suas expensas, equipamento reserva (microcomputador, impressora e monitor) compatível com os utilizados neste Conselho, visando à substituição emergencial dos equipamentos respectivos que apresentarem defeito;

4.4. Constatado defeito no equipamento o qual não possa ser resolvido no local, o mesmo será removido para avaliação;

4.5. Atender às normas disciplinares e demais regulamentos em vigor no CRMV-CE e cumprir o horário determinado, pela ADMINISTRAÇÃO, para a realização dos serviços e as modificações, a critério desta;

4.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao CRMV-CE ou a terceiros, por seus empregados;

4.7. Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias à prestação de serviços ou dela decorrentes, a qualquer título, inclusive todos os encargos sociais, fiscais e trabalhistas que incidem ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do contrato;

4.8. Observar, na execução do Contrato, a Legislação sobre segurança e higiene no trabalho, acatando recomendações específicas que, nesse sentido, venham a ser feitas pelo CRMV-CE, sob pena de suspensão dos trabalhos, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas para o caso de atraso no cumprimento das obrigações contratuais;

4.9. Responsabilizar-se por demais atos praticados contrários às leis em vigor, às normas e regulamentos do CRMV-CE às disposições deste contrato;

4.10. Apresentar ao CRMV-CE, profissionais devidamente habilitados e credenciados;

4.11 - Auxiliar o setor de compras e licitações, na elaboração do Termo de Referência, indicando as tecnologias de melhor custo benefícios, para contratação de novos serviços e equipamentos de T.I;



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

4.12 - Certificar se os produtos e serviços adquiridos estão condizentes com o Termo de Referência ou proposta ofertada;

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

O presente Contrato é de R\$ _____ (Valor por extenso), de acordo com os valores especificados na Proposta. Sem previsão de reajustes na vigência do contrato.

Todas as despesas decorrentes do fornecimento dos bens, objeto do presente Contrato, estão previstos na Conta de Recursos do orçamento vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será feito no prazo de 10 (dez) dias, a contar da certificação de que os serviços foram aceitos e executados, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura. Conforme estabelecido no capítulo 19 do Edital nº 01/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, em caso de mútuo interesse, limitado ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a defesa prévia, aplicar as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor do contrato por dia de descumprimento contratual, limitado ao percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato;
- III. Suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 8.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

8.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

8.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da multa, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a) decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da CONTRATADA;
- b) alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução deste pacto;
- c) transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- d) cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;
- e) no interesse da CONTRATANTE, mediante comunicação com antecedência de 3 (três) dias, com o pagamento dos bens adquiridos até a data comunicada no aviso de rescisão;
- f) no caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

O Foro para solução de qualquer conflito decorrente do presente Contrato é o da Justiça Federal do Ceará.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do contrato, estando sujeita às sanções previstas na legislação brasileira.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

Fortaleza, ____de _____2021.

Méd. Vet. Francisco Atualpa Soares Júnior

CONTRANTE

Presidente

CRMV-CE nº 1780.VP

CNPJ Nº xx.622.443/0001-xx

EMPRESA

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL

CARGO

CNPJ

TESTEMUNHAS:

NOME _____

CPF _____

RG: _____

NOME _____

CPF _____

RG: _____



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

ANEXO III - MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 519/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N. 01/2021

NOME/RAZÃO SOCIAL:		
ENDEREÇO:		
MUNICÍPIO:	ESTADO:	
CNPJ	TELEFONE	CELULAR:
E-MAIL:		
REPRESENTANTE LEGAL-NOME:		
CARGO/FUNÇÃO:		

ITEM PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. Suporte com acesso remoto ilimitado para sede;
2. Suporte presencial de 60 horas mensais para sede administrativa.

Valor total mensal R\$ 0,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX0)

Valor total anual R\$ 0,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX0)

OBSERVAÇÕES:

1) ENCERRADA A FASE DE LANCES, A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR A PRESENTE PROPOSTA DEVIDAMENTE PREENCHIDA NO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 11, COM OS VALORES DETALHADOS, ITEM A ITEM, POR MEIO FUNCIONALIDADE DO SISTEMA, SOB PENA DE DECLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.

2) **COMPREENDE-SE COMO VALOR TOTAL, A SOMATÓRIA DO VALOR UNITÁRIO DE CADA BAIRRO E PONTO DE ENTREGA E SERÃO UTILIZADOS PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.**

3) **OS VALORES OBTIDOS SERÃO REGISTRADOS EM CONTRATO E APLICADOS EM CADA CHAMADO.**

Declaramos que em nossos preços, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive, das despesas com autenticação de documentos e reconhecimento de firma em cartório, materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Social Trabalhista Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao CRMV-CE.

Declaramos, expressamente, para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penalidades cabíveis, que inexistirá qualquer fato superveniente impeditivo ou modificativo de suas condições, que a torne ou tornaria inabilitada para participar do supramencionado certame, bem como que se compromete a declará-los na hipótese de sua ocorrência, nos termos do artigo 32, § 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

Declaramos, expressamente, que nos sujeitaremos às normas do presente edital, bem como a Lei Federal nº 8.666/93 - 8.883/94 e suas posteriores alterações.

Declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no edital.

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: _____ **N.º da agência:** _____

Conta Corrente Pessoa Jurídica: _____

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

PRAZO DE PAGAMENTO: Conforme item 19 do Edital

Fortaleza, ____ de _____ de 2021.

Nome: _____

Cargo: _____

Assinatura: _____

Carimbo C.N.P.J.:

Assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ da empresa. Quando não for sócio/diretor figurante dos estatutos sociais, apresentar respectiva procuração.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Data: ____

Pregão Eletrônico n.º 001/2021

AO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ -
CRMV-CE.

Prezados Senhores,

Declaramos, para fins de participação no Pregão Eletrônico- 001/2021, do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará – CRMV-CE, que a empresa XXXXXXXX, CNPJ nº 00.000.000/0000-00, instalada no endereço XXXXXXXXXX, telefone (00)0000-0000, compareceu e efetuou visita técnica nesta empresa, tomando plena ciência:

1. Da dimensão dos serviços a serem executados;
2. Características pertinentes ao CRMV-CE e seus produtos;
3. Sanou toda e qualquer dúvida referente ao objeto ora licitado.

Fortaleza, DD/MM/AAAA.

(Carimbo e Assinatura do Responsável do CRMV-CE)

Declaramos nossa concordância com os termos da declaração acima dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e capacitados a elaborar nossa proposta.

(Carimbo e assinatura do Responsável Técnico da Empresa)



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DECLÍNIO DE VISITA TÉCNICA

Data: ____

Pregão Eletrônico n.º 001/2021

AO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ -
CRMV-CE.

Prezados Senhores,

Declaramos, para fins de participação no Pregão Eletrônico 001/2021, do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará – CRMV-CE, que a empresa XXXXXXXX, CNPJ nº 00.000.000/0000-00, instalada no endereço XXXXXXXXXX, telefone (00)0000-0000, em cumprimento ao subitem 11.1.5 do instrumento convocatório, sob-risco de incorrer nas penalidades cabíveis, que em virtude do declínio da visita técnica assumimos, incondicionalmente, a RESPONSABILIDADE de realizar os serviços/entregas em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas, bem como garantir a sua plena execução, durante toda a vigência do contrato do Pregão Eletrônico 001/2021, decorrente desta licitação, certos de que não nos caberá, a posteriori, nenhuma reclamação de desconhecimento do objeto licitado.

Dados do representante:

Nome:

CPF:

Cargo:

Local (município, UF) e data.

Assinatura



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

ANEXO VI – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, pessoa jurídica de Direito Público interno, com sede na Rua Dr. José Lourenço nº 3288, Joaquim Távora, CEP 60.115-282, Fortaleza/CE, inscrito no CNPJ sob o nº XX.622.443/0001-XX, na pessoa do seu Presidente, Médico Veterinário Francisco Atualpa Soares Júnior, inscrição profissional nº 01780.VP e a empresa, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede na Rua, nº, Bairro, CEP,, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato por seu representante,, visando regular e proteger as informações confidenciais no âmbito do projeto participante do Processo Licitatório, as partes resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste instrumento é garantir o sigilo das informações confidenciais trocadas entre as partes no âmbito do Processo de Licitatório nº xxxxxx.

As informações confidenciais reveladas por quaisquer das partes deverão ser guardadas em segredo, não devendo ser reveladas a terceiros ou utilizadas para fins diversos àqueles definidos neste instrumento, sem a devida autorização da outra parte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará será denominado **CONTRATANTE** e a empresa vencedora do certame será denominada **CONTRATADA**.

Serão consideradas Informações Confidenciais nos termos deste instrumento, sem se limitar a estas, toda e qualquer informação de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, ‘know-how’, técnicas e experiências acumuladas, transmitidas a **CONTRATADA**: por qualquer meio físico (documentos impressos, manuscritos,



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

mensagens eletrônicas, e-mails, fotografias, etc.); por qualquer forma registrada em mídia eletrônica, tal como: fitas, 'laser-discs', pen-drive ou qualquer meio magnético; oralmente; resumos, anotações e quaisquer comentários orais ou escritos ou ainda aqueles cujo conteúdo da informação torne óbvio a sua natureza confidencial.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXTENSÃO DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** obriga-se por si, seus representantes, procuradores, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim por quaisquer outras pessoas a ele vinculadas, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas apenas para cumprir as exigências do Processo Licitatório.

A **CONTRATADA** também se obriga a:

- a) Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa física ou jurídica e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objeto aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- b) Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das informações confidenciais por seus agentes, representantes ou por terceiros consultados ou contratados;
- c) Comunicar á **CONTRATANTE**, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente.

CLÁUSULA QUARTA – DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES

Todas as obrigações de confidencialidade previstas neste Termo terão validade durante o prazo estabelecido na cláusula quinta deste instrumento, devendo a **CONTRATADA**:

- a) Utilizar tais informações apenas para os fins previstos neste Termo;
- b) Manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou informações confidenciais, devendo comunicar á **CONTRATANTE**, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá a sua responsabilidade objetiva.

A **CONTRATADA** fica desde já proibida de produzir cópias, ou backup, por qualquer meio ou forma, de quaisquer documentos e ale fornecidos ou que tenham chego ao seu



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

conhecimento em virtude do objeto deste Termo, além daquelas imprescindíveis ao desenvolvimento de seu trabalho, a não ser com o consentimento da **CONTRATANTE**.

A **CONTRATADA** se declara ciente dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018 “LGPD”), bem como que os dados pessoais dos envolvidos nesta contratação serão sigilosos e obriga-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir a proteção de dados pessoais na extensão autorizada na referida LGPD;

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

As obrigações de confidencialidade decorrentes do presente Termo, assim como as demais responsabilidades e obrigações derivadas do mesmo, vigorarão durante o período de execução contrato proveniente do Processo Licitatório e permanecerão em vigor entre as partes por 12(doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com a possibilidade de prorrogação até 60 meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A não observação de quaisquer das disposições de confidencialidade, estabelecidas neste instrumento importará em responsabilidade da parte infratora, por ação ou omissão de qualquer um daqueles relacionados na cláusula terceira deste Termo, pelo pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, sem prejuízo das sanções civis e criminais que poderão ser apuradas em processo judicial.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Ao assinar o presente instrumento, as partes manifestam sua concordância no sentido de que:

- a) O não exercício, por qualquer uma das partes, de direitos assegurados neste instrumento não importará em renúncia aos mesmos, sendo considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito;
- b) O presente Termo somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;
- c) Não poderão ceder ou de qualquer forma transferir os direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento sem a prévia autorização, por escrito, da outra parte;
- d) Os casos omissos oriundos do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo serão resolvidos em comum acordo entre as partes.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

Sistema CFMV/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 517/68

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Subseção Judiciária de Fortaleza – Justiça Federal no Ceará para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias eventualmente surgidas em decorrência do presente Termo. E por estarem assim justo e contratado, depois de lido e achado conforme vai este termo devidamente assinado pelos representantes das partes inicialmente nomeados, juntamente com duas testemunhas, como adiante se vê.

Fortaleza - CE, ____ de _____ de 2021.

Contratante
CNPJ nº.
Representante Legal

Contratada
CNPJ nº.
Representante Legal

Testemunhas:

Nome:
CPF:
Assinatura:

Nome:
CPF:
Assinatura